



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRA DA PRESIDÊNCIA E DA
MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

(Vale a versão proferida)

Intervenção da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa

Audição parlamentar regimental, Comissão de Orçamento, Finanças e

Modernização Administrativa, 03 de abril de 2019

Senhora Presidente da COFMA,

Senhoras e Senhores Deputados

Nesta minha primeira audição na COFMA, gostaria de cumprimentar as senhoras e os senhores deputados. Cabe-me nesta comissão prestar contas ao Parlamento do que tem sido a atividade desta equipa governativa na área da Modernização Administrativa e na área da Simplificação Legislativa.

Comprometemo-nos no Programa de Governo, a promover uma cultura de modernização administrativa e de inovação no setor público e é isso que temos vindo a fazer.



Em matéria de simplificação administrativa, continuamos a executar o Programa SIMPLEX+, o programa que relançou o Programa Simplex depois de um interregno.

É um programa que envolve todas as áreas Governativas e conta com a participação de trabalhadores da função pública, das empresas e dos cidadãos. Essa perspectiva de abertura permitiu-nos desenvolver um programa progressivamente mais participado, mais eficiente e mais inovador.

De entre as medidas concluídas poderei destacar algumas que pelo seu carácter inovador ou pelo seu impacto junto dos cidadãos e das empresas, merecem uma referência especial e que fazem hoje parte do dia-a-dia dos portugueses.

Não posso deixar de começar pelo IRS Automático, exemplo de como o Estado pode e deve estar permanentemente a inovar e a simplificar a vida dos cidadãos. Há mais de 20 anos lançámos a

entrega do IRS pela internet, 10 anos depois introduzimos o pré-preechimento das declarações e em 2017 criámos IRS Automático.

Esta funcionalidade simplificou a vida a milhões de contribuintes e acelerou os prazos de reembolso. Para os 1,7 milhões de agregados que fizeram uso da modalidade do IRS Automático o prazo médio foi de 11 dias. No IRS 2015, o prazo médio de reembolso tinha sido de 36 dias.

Esta medida é também exemplo de uma abordagem gradualista bem sucedida. A medida esteve primeiro disponível para os agregados com declarações mais simples e nesta campanha vai estar acessível a 3,2 milhões de agregados, num total de 5,1 milhões de declarações entregues no ano passado.

O sucesso desta medida está bem ilustrado no facto de, apenas com 2 dias decorridos desde o início da campanha, já tenham sido entregues mais de meio milhão de declarações.

Até há poucos anos, tínhamos uma elevada concentração de declarações nos últimos dias da campanha. A expectativa do reembolso rápido desviou esta concentração de declarações para o início da campanha.

Criámos a Janela Única Logística que abrangeu mais de 100 mil camiões, navios e comboios. Permitiu a desmaterialização de mais de um milhão e meio de documentos e permitiu poupanças de 21 milhões de euros por ano.

Criámos a Receita Sem Papel Plus, com a qual foram emitidas em 2018 mais de 130 milhões de receitas. A Receita Sem Papel representa 95% do total do receituário emitido em Portugal,

sendo já assinalável a proporção de receita em que a desmaterialização é total.

Criámos o Novo Simulador de Pensões, que permite aos trabalhadores calcular a sua pensão, tornando previsível a pensão de reforma e desta forma permitindo aos cidadãos um melhor planeamento da sua saída da vida ativa. O facto de, entre maio e dezembro de 2018, terem sido feitas mais 2,5 milhões de simulações é bem ilustrativo do interesse e utilidade que os cidadãos reconhecem a esta ferramenta.

Ou seja, depois de 4 anos em que a modernização administrativa foi relegada para um plano secundário demos um novo impulso à melhoria da interação dos cidadãos e das empresas com o Estado,

simplificando a vida de todos, poupando dinheiro à economia e libertando recursos da Administração Pública.

Acreditamos que o Estado deve procurar permanentemente encontrar novas soluções que melhorem a vida dos cidadãos. E nesta área governativa valorizamos não apenas os instrumentos criados que tornam a Administração Pública mais eficiente. Valorizamos ter-se conseguido recuperar junto dos cidadãos a ideia de um Estado apostado em inovar nos seus serviços.

Consideramos também que as políticas públicas devem merecer avaliação. E por isso promovemos a avaliação de 13 das medidas do Simplex pela Universidade Nova que estimou em 624 milhões de euros a poupança para as empresas.



A Comissão Europeia também contratou uma avaliação de 40 medidas dos Simplex de 2017 e de 2018 e cujos resultados são esperados neste primeiro semestre de 2019.

Ainda no domínio da modernização administrativa, consideramos a melhoria do atendimento um elemento fundamental. Por isso reforçámos o atendimento nos serviços públicos. Há hoje mais 17 Lojas de Cidadão e mais 220 Espaços Cidadão que em 2015. Este reforço do atendimento é bem visível no investimento de 9,4 milhões de euros realizado nesta legislatura que contrasta com os 2,7 milhões de euros na legislatura anterior.

Adicionalmente, voltámos a pôr a funcionar Centro de Contacto da Segurança Social que foi reaberto após 4 anos. Pouco mais de

um ano após a reabertura o Centro já atendeu mais de 2 milhões de chamadas.

Reforçámos ainda o Centro de Atendimento Consular, o Centro de Contacto do Atendimento ao Cidadão e o Centro de Contacto do Serviço Nacional de Saúde. Neste último, em particular, registou-se em 2018 um crescimento de 30% no número de chamadas atendidas, quando comparadas com o ano anterior.

Mas não podemos esquecer que a inovação e o progresso são cada vez mais indissociáveis da tecnologia e do conhecimento científico.

Vamos continuar a desenvolver projetos no Laboratório de Experimentação LabX e explorar as potencialidades da inteligência artificial ao serviço das políticas públicas.

Senhora Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Nesta vinda à Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa gostava ainda de me referir ao trabalho realizado na área simplificação legislativa.

O XXI Governo Constitucional inscreveu no seu programa o objetivo de “*governar melhor, governar diferente*”, assumindo como essencial a melhoria da qualidade da legislação.

Temos valorizando bastante o cumprimento do nosso programa e também aqui podemos dizer ‘Prometemos, cumprimos’.

Ao longo destes três anos desenvolvemos uma política de Legislar Melhor que se enuncia em cinco princípios: 1. Legislar Menos, 2. Legislar Completo, 3. Legislar a Tempo, 4. Legislar com Rigor, e 5. Legislar Claro.



1. Legislar Menos: O atual Governo tem os dois anos com menor atividade legislativa da democracia. Naturalmente, legislámos sempre que tal se revelou necessário. Adotámos, contudo, uma orientação de contenção legislativa, avaliando de forma rigorosa até que ponto as iniciativas do executivo careciam de legislação nova ou dispunham de outros instrumentos para serem concretizadas.

Mas não nos limitámos a reduzir o fluxo legislativo e empreendemos uma ambiciosa iniciativa de redução do stock legislativo. Foi aprovada, no passado dia 14 de março, a segunda fase do Programa Revoga+. Foi assim determinada a cessação de vigência de 1168 diplomas desatualizados e desnecessários, de um período compreendido entre 1981 e 1985.

Na sua primeira fase o programa tinha revogado 2300 diplomas publicado entre 1975 e 1980. Assim, no seu conjunto o Programa Revoga+ eliminou do nosso ordenamento jurídico 3500 diplomas

caducos, melhorando assim a segurança e a certeza jurídica dos cidadãos e das empresas.

2. Legislar Completo: o atual Governo determinou que os diplomas só entram no circuito legislativo se acompanhados da respetiva regulamentação. Adicionalmente, foi criado um sistema de monitorização dos prazos de regulamentação de decretos-leis e, a partir de 2018, também de leis da AR. A este sistema de monitorização está associado o envio de alertas automáticos para os ministérios responsáveis.

3. Legislar a Tempo: de acordo com a Comissão Europeia, Portugal foi o Estado-Membro que registou a maior redução no défice de transposição de diretas. Portugal é inclusive 4º Estado-Membro

com o défice de transposição de diretivas mais baixo, tendo atingido o seu melhor resultado de sempre.

4. Legislar com Rigor: foi implementada a ferramenta «Custa Quanto», adotando-se uma metodologia de avaliação preventiva (*ex ante*) de impacto económico e concorrencial dos atos legislativos. Em 2018 foram produzidos 170 Relatórios de Avaliação de Impacto Legislativo sobre as empresas e sobre cidadãos.

Posteriormente alargou-se a ponderação prévia quanto ao seu impacto de género e ao seu impacto sobre os cidadãos com deficiência. E desde o início deste mês a avaliação do impacto legislativo foi estendida ao combate à corrupção e ao combate à pobreza.

5. Legislar Claro: com este Governo o Diário da República Eletrónico passou a estar disponível de forma universal e gratuito. O portal dre.pt foi remodelado e melhorado em funcionalidades e conteúdos.

Adicionalmente, o *Diário da República Eletrónico* (DRE) já facultava mais de 1450 diplomas em versão consolidada, ou seja, atualizados com todas as alterações entretanto efetuadas.

Mas implementámos mais medidas que tornaram o direito legislado mais acessível a todos:

- Desde maio de 2017, a publicação dos decretos-leis e decretos regulamentares em *Diário da República* é sempre acompanhada de um resumo em linguagem clara,

- Foi disponibilizado um dicionário de conceitos jurídicos,

- Em 2018 foi lançada a aplicação eletrónica do DRE que permite a consulta e pesquisa mais imediata de qualquer



legislação a partir de um dispositivo móvel. Desde o seu lançamento, já foram feitas mais de 14 mil instalações da aplicação.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores deputados,

Após esta breve exposição, que não esgota as políticas desenvolvidas por esta equipa nesta área governativa, colocamo-nos agora à disposição dos senhores deputados para responder às perguntas e esclarecer dúvidas que entendam colocar.